

Guerra e paz no capitalismo contemporâneo (revisitando o debate sobre a necessidade do imperialismo)

Hugo F. Corrêa¹

Submetido às seções ordinárias

4. Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo

4.3. Os Estados nacionais na nova configuração do capitalismo

Resumo:

No momento em que a Guerra dos Balcãs, primeiro, e as invasões do Afeganistão e do Iraque, depois, irromperam levantando novamente o quase esquecido debate sobre a relação entre dominação econômica e política num mundo integrado pelo mercado mundial, não era certo ainda que voltaríamos a ouvir falar em *imperialismo*. O presente artigo busca problematizar a questão da necessidade das rivalidades internacionais potencialmente bélicas no capitalismo contemporâneo, a partir do debate sobre o imperialismo. Nesse sentido, contra a recuperação recente de argumentos pacifistas que, inspirados ou não na posição original de Kautsky, vêm na emergência da “globalização” ou do capitalismo contemporâneo o fim do imperialismo, pretende-se sustentar que o fracionamento espacial, em Estados nacionais, é a forma adequada ao funcionamento de um capitalismo global e que o sistema de rivalidades interestatais deve ser entendido como uma dimensão do modo de produção capitalista.

Abstract:

This article seeks to debate the question of the necessity of international rivalries in contemporary capitalism. In this sense, against the recent recovery of pacifists arguments that, inspired or not in the original position of Kautsky, sees in the emergence of the "globalization" or of the contemporary capitalism the end of imperialism, we intend to maintain that the fractionary character of space, in national states, is best option for global capitalism and that the system of interstate rivalries should be understood as a dimension of the capitalist mode of production.

¹ Professor do Departamento de Economia da UFES e pesquisador do NIEP-Marx/UFF. Contato: h.correa@gmail.com.

Introdução

No momento em que a Guerra dos Balcãs, primeiro, e as invasões do Afeganistão e do Iraque, depois, irromperam levantando novamente o quase esquecido debate sobre a relação entre dominação econômica e política num mundo integrado pelo mercado mundial, não era certo ainda que voltaríamos a ouvir falar em *imperialismo*.

Quase cem anos antes, Lenin escrevera seu opúsculo *Imperialismo: fase superior do capitalismo?*, que pautaria todo debate posterior sobre o tema, vivendo uma Europa em guerra. Naquele momento, nem ele nem seus principais antecessores neste debate – notadamente Hilferding, Kautsky, Luxemburgo e Bukharin – tinham dúvidas de que aquele terrível episódio da história humana estava diretamente ligado às contradições do capitalismo de seus tempos.

Mas passados os horrores de duas Guerras Mundiais, entre as múltiplas outras menores que povoaram o mundo num período que ficou lembrado por uma longa guerra que “nunca eclodiu”, a Guerra Fria, grande parte dos cientistas sociais reluta, hoje, em associar rivalidades internacionais e intervenções militares violentas de potências capitalistas ao redor do globo à dinâmica geral de funcionamento do capitalismo. Mesmo quando admitido que o “capitalismo de nossos tempos” está longe de poder ser qualificado como pacífico, confere-se aos conflitos militares explicações, frequentemente, conjunturais, primariamente políticas (no sentido mais raso da palavra), sempre remetendo-se, de um lado, à ausência de tensões (com desfechos possivelmente bélicos) entre as principais potências capitalistas, e à crescente homogeneização do espaço econômico, que apagaria as diferenças nacionais, de outro, para apontar que o imperialismo já não é uma realidade hoje.

O presente artigo busca problematizar a questão da necessidade das rivalidades internacionais potencialmente bélicas no capitalismo contemporâneo, a partir do debate sobre o imperialismo. Na primeira seção, buscar-se-á revisitar o embate de ideias no interior da chamada teoria clássica do imperialismo, desenvolvida no início do século XX, sobre a existência da necessidade do imperialismo, entendido como sinônimo da necessidade ou não das guerras no modo de produção capitalista. Na seção 2, é debatida a recuperação recente dos argumentos pacifistas que, inspirados ou não na posição original de Kautsky, vêm na emergência da “globalização” ou do capitalismo contemporâneo o fim do imperialismo. As duas últimas seções do artigo pretendem delinear um panorama crítico dessa perspectiva. Na seção 3, recuperamos os argumentos do chamado “marxismo político” de Ellen Wood para afirmar a necessidade do fracionamento espacial, em Estados nacionais, como forma adequada ao funcionamento de um capitalismo global. Por fim,

na seção 4, apresentam-se os argumentos de David Harvey e Alex Callinicos para sustentar que o sistema de rivalidades interestatais como uma dimensão do modo de produção capitalista.

1. O debate clássico sobre a “necessidade do imperialismo”

De um modo geral, todos os grandes autores do debate clássico sobre o imperialismo concordavam que as guerras que permearam o fim do século XIX – assim como a Guerra que marcou o início do século XX – eram implicações diretas do imperialismo, ainda divergissem quanto ao sentido preciso deste. De fato, todo o período que se estende do último quarto do século XIX até a Primeira Guerra mundial foi marcado pela formação de múltiplo impérios e por uma crescente disputa entre as potências capitalistas pelo controle do globo.

Mas mesmo entendendo que o imperialismo era responsável pela formação daquele sistema de rivalidades internacionais, seria possível projetar para o futuro do capitalismo a persistência desse sistema de rivalidades? As duas respostas possíveis a essa pergunta podem ser adequadamente resumidas às posições de seus principais defensores, Karl Kautsky e Vladimir I. Lenin, em sua divergência sobre a *necessidade do imperialismo*.

Essa divergência decorre, em grande medida, das definições alternativas de imperialismo. Como é amplamente sabido, Lenin associava o imperialismo a uma fase do desenvolvimento capitalista, marcada pela monopolização da economia, pela dominância do capital financeiro (definido nos termos de Hilferding), pela exportação de capital e pela dominação mundial exercida, do ponto de vista econômico, pelas associações capitalistas e, do ponto de vista político, pelas potências capitalistas.² Nesse sentido, Lenin considerava que as guerras de anexação e as rivalidades entre as potências capitalistas eram um traço necessário do capitalismo moderno, ineliminável a menos que o próprio imperialismo fosse superado.

Kautsky coloca-se no campo oposto do debate. Seus argumentos aparecem com clareza, por exemplo, no conhecido artigo em que busca refutar as ideias de Heinrich Cunow. Cunow, a exemplo do que defenderia Lenin, visualizava no imperialismo a síntese de todas as características principais do capitalismo daquele momento. Assim, de acordo com Kautsky, seríamos

levados a resumir no termo imperialismo todos os fenômenos do capitalismo moderno: cartéis, impostos protecionistas, poder financeiro e política colonial. Entendido desse modo, o imperialismo é naturalmente uma necessidade vital para o capitalismo. Mas essa interpretação não é senão uma frágil tautologia, que não nos diz outra coisa a não ser que o

² Cf. Lenin (1979, p. 641-2).

capitalismo não pode existir sem capitalismo. (KAUTSKY, 2002, p. 443)

Entendida dessa forma, a “necessidade” significaria, portanto, apenas que “o imperialismo existe e que derivou necessariamente de dadas condições e que, como qualquer outra coisa que existe, não é uma formação acidental”. Mas tal afirmação, acrescenta Kautsky, “não nos fornece a menor pista para entrever o *futuro* do imperialismo”. (Ibidem, p. 475)

Segundo Kautsky, o imperialismo não deveria ser identificado com a nova fase do capitalismo, mas como uma *forma* possível de política: “Creio que temos dos os motivos para permanecer fiéis a essa distinção entre capital financeiro como causa e imperialismo como efeito”, que ademais fora estabelecida já nos trabalhos de Hilferding, como Kautsky recorda. E continua: “Isso corresponde ao uso linguístico que entende por imperialismo um particular sistema de *política*”. (Ibidem, p. 471) Mais precisamente, o imperialismo seria definido, nessa concepção, como a política de anexação de “territórios agrários”, que surge em consequência da crescente desproporção entre produção industrial e primária nas economias capitalistas mais avançadas e que tem como principal consequência a elevação do antagonismo entre impérios coloniais rivais em disputa pela ampliação territorial.³

Como instrumento possível, mas não exclusivo, da expansão capitalista, Kautsky vê no imperialismo uma política de “fôlego curto”. Segundo o autor, assim como a “concorrência desenfreada entre grandes indústria, grandes banco e grandes fortunas já produziu a ideia do cartel das grandes potência financeiras que têm devorado as pequenas”, do mesmo modo, “da guerra mundial entre as grandes potências imperialistas, pode surgir um acordo entre os mais fortes, que ponha fim à corrida armamentista”. Com isso a política imperialista vigente seria, tendencialmente, substituída por um ultra-imperialismo, fruto, de um lado, da crescente resistência ao imperialismo entre os povos colonizados e trabalhadores dos países industriais, mas também, de outro lado, do aumento dos custos associados à corrida armamentista e à expansão colonial, levando assim a uma superação do imperialismo baseada no acordo entre as potências capitalistas. Em suas palavras:

Do ponto de vista puramente econômico, portanto, não se pode excluir a possibilidade de que o capitalismo viva uma fase, uma fase na qual a política dos cartéis se transfira para a política externa, uma fase de ultra-imperialismo, que, naturalmente, devemos combater com a mesma energia com que combatemos o imperialismo, mas cujos perigos estarão em outra parte, não na corrida armamentista nem na ameaça à paz mundial. (Ibidem, p. 462)

³ “O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste no impulso de todas as nações capitalistas industriais a submeter e anexar regiões agrárias cada vez mais vastas, independentemente da nacionalidade dos povos que as habitam”. (KAUTSKY, 2002, p. 444)

No que toca o problema que ora nos ocupa, o fundamental não são tanto as diferenças implicadas na definição alternativa de Lenin, mas as implicações dessa definição nas expectativas sobre as possibilidades de eliminação das rivalidades potencialmente bélicas no capitalismo. Como observado pelo próprio Lenin:

[...] como se deve qualificar a fase atual do capitalismo: de imperialismo ou de fase do capital financeiro? Chame-se-lhe como se queira, isso é indiferente. O essencial é que Kautsky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política preferida pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o modo de atuar não monopolista, não violento, não anexionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas atuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não imperialista. Daqui resulta que, deste modo, se dissimulam, se ocultam as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo. (LENIN, 1979, p. 644)

Entre essas “contradições fundamentais”, Lenin colocava, é claro, os interesses inconciliáveis de capitais de diferentes nacionalidades em busca do controle das fontes de matérias-primas e dos mercados externos que só poderiam ser resolvidos, acreditava, violentamente.

Parte dos comentadores modernos desse debate buscou, pela empiria direta, descobrir quem estava certo neste debate, frequentemente chegando a conclusões aparentemente paradoxais. Nesse sentido, observam que os horrores da Primeira Guerra não puseram fim às animosidades internacionais, mas prepararam o terreno para a eclosão de outra guerra ainda mais destrutiva no curto período de duas décadas; mas que, por outro lado, o período posterior foi marcado por uma relativa estabilidade na geopolítica internacional, ao menos no que toca as relações entre as potências capitalistas. Ambas as conclusões nos parecem precipitadas – isto é, nem a Segunda Guerra prova a inevitabilidade do imperialismo, nem a “estabilidade” posterior prova sua ausência (na verdade, como assinalado anteriormente ainda que não estejam no horizonte contemporâneo conflitos substantivos entre as potências capitalistas, não houve uma década sequer ao longo de todo este período em que se possa afirmar de modo consequente que reinou a paz).

Do ponto de vista teórico, a primeira oposição mais importante à posição defendida por Lenin veio ainda na década de 1950, com o trabalho *Imperialism of free-trade* dos historiadores ingleses John Gallagher e Ronald Robinson. Sem negar que o imperialismo fazia parte das vidas econômica e política da Inglaterra no fim do século XIX, a crítica de Gallagher & Robinson (1953) mirava no que supunham ser o “coração” da tradição teórica de Lênin: sua concepção histórica, que partia da política britânica no fim daquele século para definir o imperialismo. O ponto defendido

por eles é que as aspirações imperiais britânicas datariam de muito antes, supostamente fazendo implodir assim a oposição entre o imperialismo (entendido como um novo estágio do capitalismo ou a política típica desse novo estágio) e o período precedente, em geral caracterizado pela liberdade de comércio.

Tal afirmação baseava-se, em primeira instância, em dados sobre a expansão territorial britânica entre as décadas de 1841 e 1851, mas repousava sobretudo na ideia de que o imperialismo do período seria um fenômeno tão mais significativo caso não se considerasse apenas os territórios formalmente subsumidos à Coroa britânica, mas também um conjunto muito maior de países que constituiriam seu *império informal* e que, do ponto de vista econômico, era dominado sobretudo pelos tratados de livre-comércio. Com isso, sugeriam os autores, o imperialismo deveria ser considerado como “uma função política suficiente [do] processo de integração de novas regiões em uma economia em expansão; seu caráter é decidido em grande medida pelas várias e mutáveis relações entre os elementos políticos e econômicos da expansão em qualquer região ou momento particulares” (Ibidem, p. 5-6. Tradução nossa.). Nesse sentido, acrescentavam, o imperialismo não responderia a interesses econômicos diretos, mas a “decisões estratégicas” que não se reduziam aos desejos de expansão motivados por razões econômicas. Em conclusão, pode-se afirmar que os argumentos oferecidos por Gallagher & Robinson, particularmente para explicar as intervenções militares inglesas no continente africano, localizavam na estrutura interna daquele continente a necessidade da criação de um império formal nas últimas décadas do século XIX – motivada pela ausência de estruturas de poder local dispostas a aceitar os acordos que submetiam aquelas regiões a um governo informal britânico.

Mais tarde Panitch & Gindin se baseariam justamente nessa ideia de Gallagher & Robinson para afirmar que:

Até 1914, Kautsky, não menos que Lênin, havia aceitado, seguindo o livro de Hilferding *Finance Capital*, que a forma 'violenta e brutal' de competição imperialista era 'um produto do alto nível de desenvolvimento do capitalismo industrial'. No entanto, *Kautsky tinha razão ao perceber que mesmo quando a rivalidade interimperialista havia conduzido a uma guerra entre as principais potências capitalistas, esta não era um aspecto inevitável da globalização capitalista*. O que tanto irritava Lênin nesta leitura excessivamente politizada da teoria do imperialismo era que Kautsky pensava que 'havendo aprendido a lição da guerra mundial', as principais classes capitalistas dominantes podiam eventualmente reavivar a globalização capitalista através de uma colaboração 'ultra-imperialista' em vista da força crescente de um proletariado industrial que, não obstante, não contava ainda com as capacidades para efetuar uma transformação socialista. Mas o próprio Kautsky caiu no reducionismo ao conceber sua noção de ultra-imperialismo, como ele mesmo repetiu várias vezes, de “um ponto de vista puramente econômico”, em vez de fazê-lo a partir de uma teoria séria do estado. Ainda mais, se Kautsky tivesse posto mais ênfase em sua percepção anterior (de 1911) segundo a qual os “EUA são o país que nos

mostra nosso futuro social no capitalismo” e em vez de antecipar uma aliança equitativa entre os países avançados tivesse reconhecido a capacidade do novo império informal emergente dos EUA de penetrar e coordenar eventualmente tais países, se tivesse estado muito mais próximo do que, na verdade, aconteceu logo após 1945. (PANITCH & GINDIN, 2006, p. 28-9. Grifos nossos)

O que parece passar despercebido dos autores, no entanto, é que a importância da divergência entre Lenin e Kautsky expressava, evidentemente, posições antagônicas de dois líderes políticos num momento crítico para o movimento dos trabalhadores. Embora seja correta a posição defendida por Gallagher & Robinson (e reafirmada em Panitch & Gindin), de que o imperialismo poderia assumir uma forma econômica, através de relações de mercado – fato que, acredita-se, sequer é incompatível com a própria perspectiva leninista –,⁴ as consequências das afirmações kautskianas em seu contexto histórico são pouco problematizadas.

De fato, a própria mudança na posição de Kautsky, assinalada por Panitch & Gindin, resulta incompreensível sem essa referência. Como observado por Katz (2011. Tradução nossa.) tal debate se precipitou no interior da Segunda Internacional precisamente quando

o governo [alemão] pressionou os socialistas a aprovarem os créditos de guerra, necessários para o financiamento da ação colonial. A corrente direitista influenciada por Bernstein aceitou essa exigência, argumentando que o país deveria proteger-se contra as agressões externas, assegurando a paz desde uma “posição de força”. Justificava, ademais, a expansão imperial, afirmando que a Europa devia contribuir para a civilização dos povos mais atrasados. A vertente centrista encabeçada por Kautsky se opôs. Denunciou os crimes coloniais e previu terríveis consequências de uma escalada bélica. Explicou, ademais, que a Alemanha tentava contrarrestar sua chegada tardia à repartição mundial com ações militaristas desenfreadas. Mas esta crítica não o impediu de mudar de atitude frente ao crescimento das pressões oficiais, para alinhar os parlamentares socialistas com a causa patriótica. Para evitar o eminente derramamento de sangue, Kautsky propôs arrastar as classes dominantes para uma perspectiva de paz.

Não se trata de uma coincidência – nem pode ser tido como uma “miopia” teórica, como parece ser o diagnóstico de Panitch & Gindin na passagem supracitada – que a principal transformação aventada pelo ultra-imperialismo de Kautsky fosse sua tendência pacífica. E precisamente por isso, a perspectiva de Kautsky representava para Lênin um exemplo ímpar dos efeitos do *oportunismo* sobre a classe trabalhadora. Enquanto Lenin se esforçava por negar ativamente qualquer capitulação nacionalista com os Estados de guerra, Kautsky fornecia argumentos para uma política de conciliação com as burguesias nacionais e, ao extrapolar

⁴ Por isso Lenin (1979, p. 639. Grifos nossos) sugere que: “Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as *formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática*”.

tendências econômicas para afirmar o ultra-imperialismo, levantava a possibilidade de uma “revolução social por dentro” do Estado.

2. Ecos do ultra-imperialismo kautskiano

As últimas décadas do século passado foram marcadas pela “descoberta” da assim-chamada “globalização”, que passaria a dominar os debates (acadêmicos ou não) sobre a “nova ordem mundial”. Observadores de toda sorte de tradição científica (e de orientação política) mostravam-se embasbacados diante das novas tecnologias da informação, da capacidade que elas conferia ao capital de transitar com grande fluidez entre regiões (sobretudo em virtude da hipertrofia dos mercados financeiros), e com suas consequências sobre a capacidade do Estado de contrapor-se aos desígnios do capital.

Sem entrar em maiores detalhes sobre até que ponto os discursos da globalização possam ser encarados como uma espécie de *self-fulfilling prophecy* – isto é, como a própria “constatação” da vitória do capital (contra o Estado) criou condições para esta, por meio de políticas neoliberais –, é notável o grau de adesão que encontraram mesmo entre autores (pretensamente) críticos. Mas se a mobilidade adquirida pelo capital apaga diferenças e conflitos nacionais, isso significaria que as guerras imperialistas seriam, então, “artigos de museu”.

As novas tendências apontariam para um futuro que, mesmo não sendo pacífico, não tinha lugar para guerras entre as potências capitalistas. Apontariam para a coalizão das potências capitalistas, numa forma clássica de ultra-imperialismo kautskiano; para a formação de um Estado transnacional, único capaz de fazer frente aos novos poderes do capital; ou mesmo para um tipo de poder soberano, etéreo e amorfo, destituído de identidades nacionais, como no *Império* dos filósofos Michael Hardt & Antonio Negri. Cada uma dessas teorias apresentam inúmeras diferenças entre si. A título de ilustração, vejamos brevemente como são construídos esses argumentos a partir das posições de Odile Castel, William Robinson e Hardt & Negri, respectivamente.

Dentre os autores mencionados, a economista francesa Odile Castel (1999) é quem defende de modo mais explícito a emergência de uma política ultra-imperialismo a partir das décadas de 1980/90, como consequência das próprias contradições imperialistas precedentes. Sua perspectiva é de que o imperialismo do período precedente não fora capaz de cumprir sua “missão” de prover alternativas de valorização para o capital frente a suas crises de superprodução. Enquanto o imperialismo teria criado a tendência à monopolização da economia e sua expansão com o intuito

de recuperar a lucratividade capitalista, o ultra-imperialismo seria qualificado como uma política de aliança adotada pelo grande capital na formação de oligopólios mundiais. Por um lado, a formação dos oligopólios mundiais não eliminaria a concorrência, embora impedisse a entrada de novos concorrentes e favorecesse a concentração de capital (ibidem, p. 128). Por outro, a força desses oligopólios mundiais, sobretudo depois das inovações financeiras da década de 1980 (que teriam enlaçado ainda mais as operações industriais e financeiras), garantiria um poder até então inimaginável superando inclusive os poderes dos Estados nacionais. O tratamento dispensado por Castel aos Estados-nação difere da maioria dos discursos da globalização, porque não contrapõe simplesmente os poderes de Estado e capital, mas destaca que os Estados agem como instituições protetoras do capital, especialmente nessa “infância” do ultra-imperialismo, que ainda estaria se nutrindo para abarcar todo o mundo.

William Robinson adquiriu notoriedade no início do século XXI por defender a emergência do que o autor chamou de um *Estado transnacional*. Embora considere que a operação do sistema econômico em escala mundial não era algo radicalmente novo, Robinson descreve a globalização como algo mais que isso, uma mudança essencial que dá ensejo a um novo estágio do capitalismo: “Em épocas passadas, cada país desenvolveu uma economia nacional que se ligava às demais pelo comércio e pelas finanças no mercado internacional. O novo estágio transnacional do capitalismo mundial envolve a transnacionalização do processo produtivo em si, o que elimina e integra funcionalmente os circuitos previamente nacionais em novos circuitos globais de produção e acumulação”. (ROBINSON, 2008, p. 130. Tradução nossa.)

A diferença entre a “velha economia internacional” e a globalização contemporânea evidenciaria também o motivo da obsolescência da teoria do imperialismo. Suas insuficiências teriam origem nas transformações experimentadas pela produção capitalista em sua fase atual. Como explica Robinson (2007, p. 7-8. Tradução nossa.), o

capitalismo mudou de modo fundamental desde os dias de Lênin, Hilferding e Bukharin. Nós entramos em um estágio transnacional qualitativamente novo na atual evolução do capitalismo mundial, que é marcado por algumas mudanças fundamentais no sistema capitalista, entre elas: a ascensão de um capital verdadeiramente transnacional e a integração de todos os países em um novo sistema global financeiro e de produção; o aparecimento de uma nova classe transnacional de capitalistas, um grupo de classe baseado nos novos mercados e circuitos de acumulação globais, e não nos mercados e circuitos nacionais; a ascensão dos aparatos de estado transnacional, e o aparecimento de novas relações de poder e desigualdade na sociedade global. A dinâmica desse estágio emergente no capitalismo mundial não pode ser compreendida pela perspectiva do pensamento centrado no estado-nação.

Nesse sentido, mais que a teoria “clássica”, é a teoria contemporânea do imperialismo que

Robinson quer rejeitar, especificamente por sua insistência em analisar a economia mundial pelo prisma dos “interesses nacionais” – justo quando isso se tornou impossível em virtude da emergência de uma classe capitalista transnacionalizada, cujos interesses cortam transversalmente as fronteiras nacionais estabelecidas, e com aparato regulador próprio, o Estado transnacional (e suas instituições, evidentemente transnacionais, como o FMI, a OMC etc.).⁵ Na medida em que nessa perspectiva o advento da globalização capitalista, com a transnacionalização dos processos econômicos, tornava obsoleta a figura do Estado-nação como concebida até então, a perspectiva de Robinson foi frequentemente associada à de Hardt & Negri. A caracterização de Hardt & Negri, contudo, não se baseia numa nova forma transnacional de Estado, mas na perda de sentido dos próprios Estado-nação.

De acordo com Hardt & Negri, na virada dos anos 1970, a sociedade capitalista ingressou em uma nova fase histórica, um “novo paradigma”, que deixa para trás a *modernidade* e o *imperialismo*. Em sua descrição, o imperialismo – entendido como o “processo expansionista do poder dos Estados-nação, mediante políticas de exportação de capitais, exportação de força de trabalho e constituição-ocupação de áreas de influência” (NEGRI, 2003, p. 51) – figura como determinação central das relações de produção capitalistas típicas do período moderno. Do ponto de vista econômico, as razões para tal expansionismo repousavam, segundo os autores, basicamente em um descompasso entre oferta e demanda (insuficiência de consumo) e na busca por capital constante (na forma de matérias-primas) e variável adicionais. Nesse processo, contudo, as potências imperialistas europeias seriam responsáveis pela “internalização” e subordinação das demais regiões geográficas às relações capitalistas, consolidando uma hierarquia entre os Estados-nação com hegemonia europeia.

Uma vez que Hardt & Negri descrevem o estágio imperialista por meio da expansão dos Estados nacionais, torna-se mais fácil entender por que eles consideram que esse fenômeno estava essencialmente ligado à modernidade. Para os autores, em se dividindo a história humana em fases, é possível identificar diferentes formas pelas quais a sociedade com suas relações (políticas) de poder interno se reproduzem. Esta ideia seria apreendida pelo conceito de *soberania*, como tratado pelos autores. Sinteticamente, escreve Negri (2003, p. 50), “A soberania é o controle da reprodução

⁵ “A abordagem de Estado-nação/interestatal obriga os intelectuais do ‘novo imperialismo’ a supor essa noção não problematizada de ‘interesses nacionais’ para explicar a dinâmica política global. O que significam os “interesses nacionais”? Os marxistas rejeitaram historicamente as noções de ‘interesses nacionais’ como subterfúgio ideológico para interesses de classes e grupos. O que é uma ‘economia nacional’? Um país com mercado fechado? Circuitos de produção territorialmente fixados e protegidos? A predominância de capitais nacionais? Um sistema financeiro isolado nacionalmente? Nenhum país capitalista no mundo se enquadra nessa definição” (Ibidem, p. 9. Tradução nossa.).

do capital e, portanto, o comando sobre a proporção do relacionamento de forças (trabalhadores e patrões, proletariado e burguesia, multidões e monarquia imperial) que o constitui. Na modernidade, a soberania reside no Estado-nação”. Como entidade que encarnava a soberania moderna, o Estado-nação regularia as contradições internas (de classe) e, fazendo frente aos imperativos de expansão econômica da acumulação de capital, configuraria exatamente o período conhecido pelo nome de imperialismo.

A descrição de Hardt & Negri da contemporaneidade parte, portanto, da negação das relações de produção típicas do imperialismo e da soberania moderna do Estado-nação, que dariam lugar a uma nova forma de soberania, o império.⁶ De acordo com os autores de *Império*, a pós-modernidade, fase atual do capitalismo, seria marcada pelo fato de que a soberania passa a residir em um “não lugar”. De um lado, porque enquanto no período moderno a soberania era imposta por uma “sociedade de controle”, no Império o domínio sobre os indivíduos é internalizado, no que eles chamam de reprodução biopolítica do poder.⁷ De outro, porque esse momento é caracterizado pela ausência de fronteiras (nacionais), como uma ordem verdadeiramente mundial. Em síntese, observam os autores:

O conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites. Antes e acima de tudo, portanto, o conceito de Império postula um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço, ou que de fato governa todo o mundo ‘civilizado’. [...] Em segundo lugar, o conceito de Império apresenta-se não como um regime histórico nascido da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existente. [...] Em terceiro lugar, o poder de mando do Império funciona em todos os registros da ordem social, descendo às profundezas do mundo social. O Império não só administra um território com sua população mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana. [...] Finalmente, apesar de a prática do Império banhar-se continuamente em sangue, o conceito de Império é sempre dedicado à paz – uma paz perpétua e universal fora da História. (Ibidem, p. 14-15)

Assim, na teoria de Hardt & Negri, a tendência pacífica pressuposta no conceito ultra-

⁶ Logo, imperialismo e império são, nessa descrição, dois conceitos absolutamente distintos: “Entendemos “Império”, entretanto, como algo completamente diverso do “imperialismo”. As fronteiras definidas pelo moderno sistema de Estados-nação foram fundamentais para o colonialismo europeu e para a expansão econômica [...]. O imperialismo era, na realidade, uma extensão da soberania dos Estados-nação europeus além de suas fronteiras. [...] A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas”. (Hardt & Negri, 2001, p. 12)

⁷ A ideia de produção biopolítica do poder estaria diretamente ligada às novas formas de trabalho na pós-modernidade, quando o “trabalho intelectual de massa” e o “trabalho imaterial” se tornariam formas dominantes: “O papel central previamente ocupado pela força de trabalho de operários de fábrica na produção de mais-valia está sendo hoje preenchido, cada vez mais, por força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa”, escrevem Hardt & Negri (2001, p. 48). E exatamente por essa razão os autores clamam não só por uma nova teoria do valor, mas por uma “nova teoria da subjetividade que opere, basicamente, através do conhecimento, da comunicação e da linguagem” (Ibidem).

imperialismo encontraria sua expressão máxima. No fim das contas, o que todas essas teorias fazem – das mais críticas, como Castel que ao menos se questiona sobre a historicidade da globalização, às menos – é, repetindo Kautsky, *exasperar certos aspectos econômicos* do capitalismo contemporâneo e *sobrepô-los à divisão política existente*, concluindo destarte o fim dos conflitos imperialistas. Mas assim como no debate clássico entre Lenin e Kautsky são as implicações políticas dessa posição que chama mais atenção.

Nesse sentido, a título de provocação, poderíamos nos questionar se será que, de fato, faz sentido afirmar supostas tendências pacifistas do capitalismo contemporâneo quando olhamos, por exemplo, para intervenção militar no Iraque – uma guerra que já se estende por dez anos, deixando, segundo estatísticas oficiais, 4.488 oficiais americanos mortos (e 32.221 feridos), e ceifando não menos que 111.390 civis iraquianos?⁸ Uma guerra que segundo estimativas de Blimes & Stiglitz (2008) pode custar mais de 3 trilhões de dólares (incluindo aí não apenas gastos militares diretos, mas os dispêndios com veteranos de guerra e reposição de equipamentos, além dos juros pagos para financiar a guerra) aos cofres norte-americano, mas que viabilizou também oportunidades de negócios para grande capital envolvido não só na reconstrução do Iraque como na própria guerra – além de garantir aos Estados o controle estratégico sobre uma das regiões mais ricas em petróleo do mundo.⁹ E isso apenas para mencionar um (provavelmente o principal, é verdade) dos inúmeros conflitos militares presentemente em curso.

Nas próximas seções, tentaremos questionar em âmbito teórico essa afirmação discutindo a permanência das tendências territorialmente expansivas do capitalismo e a necessidade do fracionamento territorial em Estados nacionais. Antes, porém, devemos concluir esta parte do argumento notando que, assim como ocorrera no período do debate clássico, seria um equívoco olhar para essa nova afirmação do ultra-imperialismo ignorando suas consequências políticas, particularmente para a classe trabalhadora.

Essas consequências ficam especialmente óbvias ao olhar para a concepção de Hardt & Negri. A dissolução das fronteiras sob a bandeira do Império deslocam o eixo da análise para fora do Estado-nação. Simultaneamente, ela pressupõe também a dissolução da resistência ao Império

⁸ Dados sobre as baixas norte-americanas fornecidos pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, disponíveis em <<http://www.defense.gov/news/casualty.pdf>>. Estimativas de mortes civis no Iraque feitas pela organização internacional IraqBodyCount (<http://www.iraqbodycount.org/>), que calcula que o número de morte pode ainda chegar a algo como 133.736 mortes – e isso para não mencionar os milhões de refugiados e a destruição do país.

⁹ É fato ainda pouco estudado, embora fundamental, a “privatização da guerra”, com o crescente papel desempenhado por lucrativas empresas de mercenários que servem ao governo norte-americano, permitindo redução das estatísticas oficiais de mortos, além de corte de despesas com treinamento e auxílio (em caso de morte ou incapacitação), e que funcionam também como mais uma esfera de valorização para o capital.

(sob a chamada *multidão*), negando à classe trabalhadora, neste movimento, o posto de “sujeito histórico” de uma transformação social.

Assim, em dia com a concepção pós-modernista, a análise de Hardt & Negri sugere que a emergência do trabalho imaterial e da fase pós-industrial nega qualquer identidade possível dos trabalhadores, bem como o próprio antagonismo de capital e trabalho. Como observado por Carcanholo & Baruco (2009):

Hardt e Negri afirmam que, independente de qual seja a sua forma, o trabalho material possui inerentemente a característica de cooperação, ou seja, esta última não seria o resultado de uma imposição externa, como ocorreria nas formas anteriores de trabalho. Assim, a força de trabalho atual não teria a sua potencialidade efetivada necessariamente por intermédio da imposição da lógica do capital, ou seja, não seria mais capital variável. Isto implica no rompimento da relação antagonica entre capital e trabalho, pois o resultado do processo de trabalho, em sua cooperação, não lhe seria mais estranhado, a partir da apropriação da mais-valia pelo capital. Se não há mais antagonismo, conflito, luta entre as classes (capital e trabalho), a classe trabalhadora não pode ser mais o sujeito revolucionário, no sentido de que teria a possibilidade de se colocar como uma alternativa integralmente anti-capitalista.

De fato, tal perspectiva corresponde adequadamente ao caráter fragmentário das lutas sociais típicas do Império, tal como descritas pelos autores. A multidão, que aparece em seu registro como unidade antagonica do Império, não guarda mais que uma vaga semelhança com a noção tradicional de classe, da qual os próprios autores tentam se distanciar. Enquanto, para eles, a categoria *classe trabalhadora* (operária) diria respeito exclusivamente ao operariado fabril, a multidão teria um sentido mais amplo (como todos os que atuam sob o comando do capital), mas apenas para enfatizar que os indivíduos só poderiam se identificar com grupos mais específicos. Suas referências teriam de ser, portanto, as “micro-identidades”, as lutas particulares dos movimentos de negros, de grupos religiosos, de feministas, de homossexuais etc.

Ora, se o ultra-imperialismo kautskiano podia ser criticado por suas consequências políticas, as teses de Hardt & Negri se mostram ainda mais desabilitantes para a classe trabalhadora, na medida em que – se apoiando numa concepção absolutamente equivocada da categoria *capital industrial* em Marx –¹⁰ postula a inexistência de identidade de classe e eterniza a ordem do capital sob sua forma contemporânea.

¹⁰ Em Marx a categoria capital industrial se dirige à produção que se dá sob o domínio do capital independentemente de se dar em “indústrias” (no sentido mais rasteiro do termo, semelhante à “fábrica”), na agricultura ou “nos serviços”. Para uma explicação mais pausada sobre o tema ver, por exemplo, Carcanholo & Medeiros (2012).

3. Estados nacionais, imperativos de mercado e coerção extraeconômica

Como visto na seção anterior, boa parte das análises sobre o capitalismo contemporâneo toma por base o crescente poderio do capital. Na medida em que o capital orienta-se pela capacidade de valorização e não pelas diferenças políticas, e como sua ação permite uma homogeneização. Antes de voltar a tema das rivalidades internacionais, a presente seção tentaremos defender que a atuação do capital no mercado mundial, mesmo que basear-se inteiramente em relações econômicas, não pode dispensar o uso da força (i.e., a esfera extraeconômica) para manter as condições de acumulação, e este é sustentado pelos Estados nacionais.

Para entender a razão pela qual isso aconteceria, procurar-se-á expor aqui a teoria cunhada por em das mais importantes obras recentes sobre o imperialismo contemporâneo, Ellen M. Wood (2003b). Seu ponto de partida é o contraste entre o modo de produção capitalista, no qual o domínio é exercido por meio dos “imperativos de mercado”, e as formações sociais pré-capitalistas. O chamado “marxismo político”, escola da qual Wood faz parte, ganhou notoriedade a partir da obra seminal de Robert Brenner que tentava demonstrar de que modo as relações capitalistas de produção teriam sido gestadas no seio da sociedade feudal.¹¹ Em sua resenha sobre esse debate (o “debate da transição”), Wood (2001, p. 25) explica que, na teoria da transição de Brenner,

não se trata de *libertar* um impulso para o capitalismo. Antes, trata-se de os senhores e os camponeses, em algumas condições específicas que foram peculiares da Inglaterra, dispararem involuntariamente uma dinâmica capitalista, enquanto, no conflito de classe uns com os outros, agiam no sentido de se reproduzirem *como eram*. A consequência não pretendida foi uma situação em que os produtores ficaram sujeitos aos imperativos do mercado.

De modo sintético, vem daí que Wood defenda que a emergência do modo de produção capitalista precisa ser radicada na *separação entre as esferas política e econômica*, porque enquanto em todas as sociedades de classe pré-capitalistas a apropriação de excedente produzido pela classe trabalhadora dependia de instâncias extraeconômicas, no capitalismo essa apropriação podia repousar exclusivamente na esfera econômica (configurando a exploração, mas, ao mesmo tempo, a dependência do mercado que atinge todos os atores sociais), criando pela primeira vez uma cisão

¹¹ De acordo com Blackledge (2007, p. 47), o termo “marxismo político” foi criado por Guy Bois para expressar sua discordância com a teoria da transição capitalista de Brenner, mas foi posteriormente abraçado particularmente por Wood para sintetizar a explicação, sustentada por Brenner e por ela própria, que propunha uma leitura não teleológica da obra de Marx, segundo a qual seria preciso explicar a emergência do capitalismo com base nas características da sociedade feudal e que os conduziria a concluir que o capitalismo teria “origens agrárias” (e não como uma imposição externa oriunda das relações comerciais ou como obra da retirada dos entraves tipicamente feudal à produção e circulação de mercadorias). Cf. Hilton *et alli* (2004) e Wood (2001; 2003).

entre as esferas econômica e política.¹² Por isso, segundo ela:

O capitalismo é um sistema no qual todos os atores econômicos – produtores e apropriadores – dependem do mercado para suas necessidades mais básicas. É um sistema no qual as relações de classes entre produtores e apropriadores, e especificamente a relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados, são mediadas pelo mercado. [...] No capitalismo, a dependência do mercado tanto de apropriadores quanto de produtores significa que eles estão sujeitos aos imperativos da competição, da acumulação e do aumento de produtividade do trabalho; e todo o sistema, no qual a produção concorrencial é uma condição fundamental de existência, é dirigido por esses imperativos. (Idem, 2003b, p. 09. Tradução nossa.)

Mas, embora no capitalismo o Estado não atue diretamente na apropriação de excedente, ele continuaria a desempenhar aí um papel necessário na manutenção da ordem social que permite essa apropriação (em última instância pelo comando das forças policial e militar). Nessa concepção, caberia ao Estado “criar e manter não apenas um sistema de propriedade mas também um sistema de falta de propriedade” de modo a viabilizar o processo de expropriação dos trabalhadores e garantir que, “uma vez expropriados, aqueles despossuídos dos meios de produção estivessem disponíveis, quando desejado, como trabalho para o capital”. (Ibidem, p. 18)

De acordo com Wood, a dificuldade em se falar, hoje, de imperialismo, reside no fato de que a ocupação territorial direta não possui a mesma importância que teve no período no qual o conceito foi cunhado. Mas a (relativa) ausência de ocupação territorial que sucedeu o período da descolonização e se manteria até hoje, não significa o fim do imperialismo, mas justo o oposto, a emergência da forma propriamente capitalista de imperialismo. Para demonstrá-lo, é proposta uma interessante analogia entre as relações internacionais no interior do modo de produção capitalista e as relações das classes. Na relação entre os trabalhadores e capital, “o ponto é simplesmente que”, diz Wood (2003b, p. 3), “percebamos ou não que o que se passa entre trabalhador e capitalista é de fato exploração, sua relação não é de modo algum transparente”. Continua ela:

O mesmo pode ser dito sobre a natureza do imperialismo capitalista, e em grande parte pelos mesmos motivos. Hoje, é mais difícil do que era nos antigos impérios coloniais *detectar a transferência de riqueza das nações mais fracas para as mais fortes*. Mas mesmo quando é marcadamente óbvio que tais transferências acontecem, como elas são realizadas não é menos opaco que no caso da relação entre capital e trabalho, e sua

¹² “A diferenciação da esfera econômica no capitalismo pode, portanto, ser assim resumida: as funções sociais de produção e distribuição, extração e apropriação de excedentes, e a alocação do trabalho social são, de certa forma, privatizadas e obtidas por meios não autoritários e não políticos. Em outras palavras, a alocação social de recursos e de trabalho não ocorre por comando político, por determinação comunitária, por hereditariedade, costumes nem por obrigação religiosa, mas pelos mecanismos do intercâmbio de mercadorias. [...] A esfera política no capitalismo tem um caráter especial porque o poder de coação que apoia a exploração capitalista não é acionado diretamente pelo apropriador nem se baseia na subordinação política ou jurídica do produtor a um senhor apropriador”. (Idem, 2003, p. 35)

opacidade deixa grande espaço para a negação. Também nesse caso não há tipicamente nenhuma relação de coerção direta. Também nesse caso as compulsões são normalmente “econômicas”, impostas não (diretamente) por mestres mas por mercados. Também nesse caso a única relação formalmente reconhecida é entre entidades legalmente livres e iguais, como compradores e vendedores, credores e mutuários, ou estados soberanos ostensivamente iguais. (Ibidem, p. 3-4. Tradução e grifos nossos.)

Na passagem fica implícito que o imperialismo deve ser considerado como uma forma de apropriação do mais-valor, que fluiria das “nações mais fracas” para as “mais fortes”. Essa forma de definir a questão, evidentemente, baseia-se na própria caracterização do modo de produção capitalista. Se, no entanto, o capitalismo é caracterizado pela separação entre as esferas econômica e política, possibilitando uma forma econômica de apropriação do excedente, e o imperialismo deve ser considerado em analogia com esta relação social, torna-se claro que o imperialismo (capitalista) deveria repousar, também ele, exclusivamente nos mecanismos de mercado. E é exatamente o ponto que Wood tenta defender. Sua obra *Empire of capital* (WOOD, 2003b) pode ser sintetizada como um extenso trabalho de comparação entre o imperialismo contemporâneo, o império do capital, e os impérios pré-capitalistas, cuja conclusão é que o imperialismo capitalista distingue-se de qualquer outro porque neste a “exploração” dos povos ou nações mais fracos depende exclusivamente do mercado.¹³

Mas essa caracterização implica também que, para Wood, o imperialismo em seu período dito clássico não poderia ser ainda qualificado como plenamente capitalista. Na medida em que esses impérios eram caracterizados pela expansão territorial nacionalista, a forma de apropriação do excedente era ainda a força (extraeconômica) e não os imperativos de mercado. Nesse sentido, entende-se por que, diferentemente de outras teorias contemporâneas, a descrição de Wood não parte da crítica à teoria clássica do imperialismo. Segundo ela, aqueles teóricos conseguiram (uns melhor que outros, é claro) capturar boa parte dos traços essenciais dos impérios como formados àquela altura – esses traços, contudo, ainda não estavam plenamente desenvolvidos.

Assim, a “invisibilidade” do imperialismo desde o fim da segunda guerra mundial não revelaria o “fim do imperialismo”, mas a emergência de uma forma de imperialismo especificamente capitalista, porque assentada na coerção econômica ao invés da extraeconômica.

Em suas palavras:

¹³ Assim, como havia traçado as especificidades do modo de produção capitalista pelo contraste com a produção pré-capitalista, Wood busca identificar nas diferenças entre os impérios pré-capitalistas e o império do capital os traços constitutivos deste. É importante enfatizar, porém, que sua proposta não é constituir uma “cronologia” evolutiva dos impérios, as formas pré-capitalistas de império (por exemplo, o império baseado na propriedade territorial ou no comércio) poderiam se apresentar em diferentes momentos do tempo e coexistir em regiões geograficamente separadas. Nesse sentido, evidencia-se que uma particularidade do imperialismo capitalista, conformato efetivamente no meio do século XX, foi de ter sido capaz de englobar sob seus imperativos todo o mundo. Cf. Wood (2007, p. 144)

O novo imperialismo é o que é por ser uma criação do capitalismo. O capitalismo é um sistema no qual todos os atores econômicos – produtores e apropriadores – dependem do mercado para satisfazer suas necessidades mais básicas. É um sistema em que a relação de classe entre produtores e apropriadores, e especificamente a relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados, também é mediada pelo mercado. Isso está em clara contradição com sociedades não capitalistas, onde produtores diretos tipicamente tinham acesso não mediado pelo mercado aos meios de produção, especialmente à terra, e portanto estavam protegidos das forças de mercado, enquanto apropriadores utilizavam sua força superior para extrair mais-trabalho dos produtores diretos. No capitalismo, a dependência do mercado tanto de produtores quanto de apropriadores significa que eles estão sujeitos aos imperativos da competição, acumulação e do aumento de produtividade do trabalho; e todo o sistema, em que a produção concorrencial é uma condição fundamental de existência, é dirigido por esses imperativos. O resultado é, entre outros, uma relação particular entre os poderes político e econômico, que traz consequências tanto para as relações de classe quanto para a expansão imperial. (WOOD, 2003b, p. 9-10, Tradução nossa.)

Assim, embora o imperialismo seja afirmado pela primazia da coerção econômica, não há nenhuma instância de aproximação entre as teorias de Wood e a de autores como Robinson e Hardt & Negri. De fato, sua concepção oferece solo fértil para uma crítica a essas teorias, na medida em que enfatiza o caráter indispensável do Estado nacional na produção capitalista. Segundo ela, “quanto mais global a economia se torna, mais os circuitos econômicos são organizados por estados territoriais e relações interestatais; e o capital passa a repousar mais que nunca nos estados territoriais para instalar e impor as condições para acumulação em escala global”. Seriam os Estados nacionais, e não uma força desterritorializada (Império) ou transnacionalizada, que impõem as estratégias neoliberais, que facilitam a migração internacional dos capitais etc. Nesse sentido, conclui a autora, “a forma política do capitalismo global não é um estado global mas um sistema global de múltiplos estados territoriais”. (WOOD, 2006, p. 25-26. Tradução nossa.)

Assim, a dominação econômica tipicamente capitalista sobre o mundo dependeria da força (extraeconômica) de Estados locais, capazes garantir a universalização do capitalismo. Da mesma forma, o poderio militar seria essencial para garantir a abertura de todos os espaços para a valorização do capital, mesmo sem precisar, a não ser casos extremos, intervir diretamente.

No entanto, embora a teoria de Wood explique bem o papel “passivo” desempenhado pelo Estado na acumulação capitalista, ela tira de cena um elemento importante da teoria clássica do imperialismo, qual seja, a ação “ativa” deste no domínio capitalista do mundo. Entretanto, a ideia de separação das esferas econômica e política sob a égide do capitalismo ali proposta, pode ser combinada, com certas reservas (como se pretende mostrar), com uma outra forma de tratar o expansionismo capitalista, proposta pelo geógrafo inglês David Harvey. Na próxima seção, tentaremos delinear os principais elementos teóricos dessa interpretação alternativa e destacar os pontos de interseção entre essas análises para dar conta da forma contemporaneamente assumida

pela necessidade de expansão territorial do capitalismo.

4. Expansão territorial e o sistema de rivalidades internacionais

A análise de Harvey localiza o fenômeno do imperialismo entre as esferas política e econômica do capitalismo, utilizando a teoria das crises como elo explicativo entre as determinações (econômicas) da acumulação de capital e a necessidade de expansão territorial desse modo de produção.

Desde a década de 1970, Harvey (2006, p. 43) já vinha tentando demonstrar que faltava um elemento de ligação entre as teorias marxistas da acumulação de capital e do imperialismo, que seria a teoria da localização capaz de dar conta dos determinantes da expansão geográfica do capitalismo. Mais que isso, o autor buscava encontrar diretamente em Marx os elementos que explicassem a escala geograficamente expansiva de atuação do capital, e, ao mesmo tempo, seu caráter espacialmente desigual e concentrador. Naquele momento, sua resposta fora que, ainda que de modo mediado, as crises constituiriam um elemento propulsor fundamental da expansão capitalista.

De modo resumido, Harvey (2006b, p. 192) recupera de Marx a tendência à sobreacumulação de capital, que ao produzir simultaneamente excesso de capital e excesso de trabalhadores pode se resolver através da desvalorização de capital mediante a crise. No entanto, para manter sua capacidade de autoampliação, o capital encontra uma saída para postergar essa tendência por meio de um reajuste espacial.¹⁴ O recuo das fronteiras nacionais e a transformação dos espaços externos possibilitaria reduzir o capital excedente, por meio de sua exportação (fosse na forma de mercadoria, de capital-dinheiro ou de capacidade produtiva), evitando portanto a desvalorização de capital (Ibidem, p. 426-427).¹⁵ Daí que o sistema internacional fosse marcado

¹⁴ Tradução para *spatial fix*. Vale observar que, a partir de seu *O novo imperialismo*, Harvey (2005) substitui esta ideia pela noção mais ampla de “ordenamento espaço-temporal” (*spatio-temporal fix*), que assinala na mesma direção, mas abrange de modo mais completo as possibilidades de reação do capital para adiar suas crises de sobreacumulação. A respeito do trajeto de Harvey nessa evolução de seu pensamento e das diferenças entre os dois conceitos, ver Jessop (2006).

¹⁵ Olhando exclusivamente para os contornos do argumento, é possível identificar a influência que Luxemburgo provavelmente exerceu sobre a formulação de Harvey – embora a análise deste seja mais completa nos inúmeros (e complexos) problemas envolvidos no tratamento das crises (notadamente, negando o subconsumismo luxemburguista). Mas a esse respeito é importante ressaltar que a reordenação espacial seria apenas uma das saídas possíveis para a crise. Harvey assinala que o tratamento incompleto de Marx sobre o assunto possibilita dar às crises “três aproximações” distintas. De modo sucinto: “A ‘primeira aproximação’ [*first-cut*] da teoria das crises, lembre-se, lidava com a origem das contradições internas do capitalismo. A ‘segunda aproximação’ teórica examinou a dinâmica temporal como moldada e mediada pelos arranjos financeiros e monetários. A ‘terceira aproximação’ teórica, da qual nos ocupamos

pela rivalidade interimperialista, com as nações tentando utilizar-se reciprocamente umas das outras como espaço de valorização para evitar sua crise interna, mas ocasionando assim conflitos e guerras como as que se viu no início do século XX.

Não obstante já estivesse aí o embrião da análise de Harvey do imperialismo contemporâneo, em seu *O novo imperialismo* parte de seus argumentos são reformulados. Ali, a *teoria das crises* é tratada de modo mais sintético (com a substituição da ideia de ordenação espacial pela de ordenação espaço-temporal), mas seu papel não é menos importante. Com efeito, o imperialismo seria encarado como a resultante da interação entre esta *lógica*, a capitalista sujeita a crises, e outra, caracterizada como *lógica territorial* do poder. Em suas palavras:

Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma *fusão contraditória entre “a política do Estado e do império”* (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “*os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo*” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado [...] em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais [...] ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante. (HARVEY, 2005, p. 31-32. Grifos nossos.)

Essa elaboração de Harvey sofre influência decisiva de dois autores: Hannah Arendt e Giovanni Arrighi. Nessa definição aparecem unidas, de um lado, a concepção de Arendt segundo a qual o capitalismo constitui-se como *busca ilimitada pelo poder* e a noção, de Arrighi, de que o movimento capitalista é síntese de *duas lógicas distintas de poder* (a territorial e a capitalista). Como lógicas distintas, cada uma é atravessada por suas contradições internas, e cada uma tem na outra uma espécie de “porta de escape” para essas mesmas contradições.

É possível antecipar nesta definição de Harvey um problema que se acredita derivar, ao menos parcialmente, de sua apropriação de dois autores com relação tão duvidosa com o marxismo quanto Arendt e Arrighi – e, diga-se de uma vez, não se trata de uma questão de “ortodoxia” (marxista). O problema é que a separação entre lógicas “territorial” e “capitalista” pode sufocar o próprio espírito inicial da teoria de Harvey, já que possibilita uma interpretação que supõe ser a lógica de expansão territorial uma *lógica não capitalista* (e, ao mesmo tempo, não questiona o

aqui, tem que integrar a geografia do desenvolvimento desigual na teoria das crises” (Ibidem, p. 425. Tradução nossa.).

conceito de *poder* aí colocado). Não se acredita ser essa ideia de Harvey,¹⁶ mas é inegável que sua construção abre as portas para concepções que, radicalizando a separação entre essas lógicas, e postas as determinações políticas encontram-se em âmbito distinto (regidas por uma “lógica diferente”) das determinações econômicas, vêm no Estado uma entidade autônoma à totalidade social. Uma perspectiva como essa não causaria espanto se baseada em Arrighi, em cuja obra sente-se uma nítida influência weberiana, mas é difícil de entender em um autor marxista com amplo conhecimento sobre os problemas que cercam as teorias do Estado, como é o caso de Harvey.¹⁷

O problema não é menos grave na legitimação conferida por Harvey à descrição de Arendt sobre a “busca ilimitada por poder”, na qual a categoria *poder* surge de modo quase “místico”, como algo anistórico e cuja *raison d'être* permanece inexplicada (presumidamente por ser considerado um truísmo). Dito de outro modo, mesmo que se assumisse como válida a teoria arendtiana, por que deveríamos crer que o “poder”, seja lá o que for, é objetivo incontestado da sociedade capitalista ou da ação humana enquanto tal?

Deve-se exatamente a essa apropriação descuidada de Arendt feita por Harvey, a suposição de que sua teoria seria incompatível com a perspectiva com aquela defendida por Wood (tratada na seção passada). Segundo Wood (2006, p. 12-3. Tradução nossa):

Minha visão da relação entre poder econômico e poder político no capitalismo é, em algum sentido, diametralmente oposta àquela de Harvey. Enquanto defende que a uma acumulação sempre crescente de capital deve ser acompanhada por uma sempre crescente expansão de poder político e de comando territorial, e que essa é a lógica do imperialismo capitalista, eu argumento quase o contrário: a especificidade do imperialismo capitalista reside na capacidade única do capital de impor sua hegemonia *sem* expandir seu poder político territorial.

Mas não é inteiramente correto que Harvey supõe ser requisito da acumulação de capital a expansão territorial. De acordo com o autor, o Estado deveria sim criar e preservar condições para expansão do capital, mas – assim como em Wood – essas condições não necessariamente dependem da dominação territorial direta. Isso fica bastante óbvio quando Harvey (2005, p. 35) nota que:

As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação de capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de “assimetrias” inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. [...] As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de

¹⁶ Cf. Harvey (2005, p. 34).

¹⁷ Cf., por exemplo, Harvey (2006). Sobre a influência direta weberiana em Arrighi ver, por exemplo, Arrighi (1978, p. 27). Um excelente trabalho de caracterização crítica da influência weberiana sobre Arrighi e das concepções weberianas de *Estado e poder* pode ser encontrada em Lima (2010, capítulos I e II).

localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. Esse é o ponto no qual a dimensão política retorna ao panorama. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais da troca que seja vantajoso para ele.

Mas, nesse caso, vemos que o imperialismo se traduziria num padrão de atuação na esfera política que implica algum grau de controle territorial, mas não necessariamente o controle direto pela força, coadunando-se perfeitamente com a descrição oferecida por Wood. Mais que isso, porém, ao introduzir a questão do desenvolvimento desigual e sua relação com o Estado, Harvey avança com relação a esta no entendimento dos conflitos interestatais. Isso porque o imperialismo contemporâneo não apenas depende de múltiplos Estados nacionais, mas como se organiza como um sistema de rivalidades entre Estados nacionais.

Nesse sentido, Callinicos (2009, p. 14-15) acerta em cheio na questão ao se propor a retificar o problema das “lógicas” do capitalismo em Harvey. Callinicos trabalha com uma concepção bastante semelhante a de Harvey a respeito do imperialismo,¹⁸ mas, ao invés de “duas lógicas de poder”, vê no imperialismo a unidade dialética de duas formas de competição, uma econômica e outra geopolítica. O ponto central é que “por meio das pressões competitivas impostas uns aos outros por capitais rivais que as tendências econômicas distintivas do capitalismo – sobretudo, acumulação e crises – se desenvolvem e são mantidas. Segue-se que, de uma perspectiva marxista, o 'capital global' não pode existir, mas tão somente a pluralidade de atores econômicos concorrentes”. (Ibidem, p. 79. Tradução nossa) Por isso, Callinicos sugere seria fundamental conceber o *sistema de Estados* como uma “dimensão do modo de produção capitalista”. Com isso, dois problemas fundamentais sobre as características do imperialismo contemporâneo ainda deveriam ser tratadas.

Primeiramente, deve-se notar que o ponto elaborado por Callinicos é fundamental porque permite entender o sistema rivalidades internacionais (inclusive como visto na teoria clássica do imperialismo) em suas relações conflitivas e na geração de desigualdades geográficas. É evidente, porém, que continua sendo uma questão para ele, como para Harvey, entender o modo como as pressões competitivas entre capitais traduzem-se em relações conflitivas no plano internacional. Embora escape aos nossos objetivos presentes observar o modo como os autores respondem tal questão, é preciso dizer que esta dependeria de uma elaboração mais pausada sobre a natureza do

¹⁸ Como deixa claro Callinicos (2009, p. 72), essa retificação não implicaria, porém, grande desvio com relação à descrição do novo imperialismo de Harvey. Seria, de fato, apenas uma forma de eliminar as ambiguidades deixadas por esta.

Estado no modo produção capitalista – que talvez tenha sido o ponto mais consistentemente criticado da teoria clássica. Callinicos argumenta consistentemente que essa relação pode ser entendida sem a necessidade de uma teoria instrumentalista do Estado, capaz de conceber as contradições que atravessam a constituição deste, partindo das próprias contradições do modo de produção capitalista (contradições estas que se localizam não só entre classes, mas entre frações de classe). (Ibidem, p. 85-6) No que nos interessa, contudo, basta observar que, se os autores estão corretos em sua colocação, tem-se aí mais um argumento para entender a manutenção do capitalismo global como uma construção de múltiplos Estados nacionais, pois: “uma implicação importante desses argumentos é que a tendência do desenvolvimento capitalista a gerar complexos econômicos espacialmente concentrados cria forças centrífugas extremamente poderosas que trabalhariam fortemente para manter a demarcação política em um mundo de Estados territoriais”. (Ibidem, p. 89-90)

Em segundo lugar, e num grau menor de abstração, interpretar disputas internacionais contemporâneas a partir da ideia de um sistema de rivalidades pode levantar uma objeção ligada ao traço mais marcante das relações internacionais nas últimas décadas: a hegemonia incontestada dos Estados Unidos. Mas esse é um desafio apenas aparente. O domínio norte-americano não pode ser tido como sinônimo do fim das rivalidades. Não é fortuito, e nem deveria ser incompreensível, que os Estados Unidos continuem ainda hoje sendo, sozinhos, responsáveis por 40% dos gastos militares mundiais, como atesta Wood (2003b, p. 143). Supor o fim das rivalidades em virtude do poderio norte-americano seria projetar para a eternidade circunstâncias presentes e/ou ignorar que só faz sentido qualificar uma potência como “dominante” ou “hegemônica” se ela estiver inserida numa rede mais ampla que compreende interesses diversos aos seus.

À guisa de conclusão

Há cem anos atrás Kautsky estabeleceu um paralelo entre as tendências ao ultra-imperialismo e ao monopólio. Segundo ele, assim como o monopólio era resultado da concorrência, a emergência do ultra-imperialismo, com suas tendências pacíficas, seria resultado do acirramento das disputas bélicas do imperialismo em curso. Talvez se possa dizer que ele estava, em alguma medida, certo pelos motivos errados. Pois assim como o monopólio, desde uma perspectiva marxista, não elimina a concorrência, a formação de uma coalizão capitalista não elimina as rivalidades interestatais.

Boa parte das análises sobre as intervenções militares no capitalismo contemporâneo

procurou, mesmo entre os críticos, radicar o problema em uma política irracional sustentada pelos “falcões” do governo de George W. Bush. Mas as noções de “política” e “irracionalidade” sustentadas em interpretações desse tipo podem facilmente trair seu intuito original. Não obstante, os absurdos do governo conservador de Bush, interpretações como essa conferem às guerras contemporâneas um caráter casual e atribuem às relações comerciais (capitalistas) uma racionalidade questionável, reeditando (conscientemente ou não) a doutrina do *doux commerce* que marcou o pensamento liberal sobre a emergência do capitalismo.¹⁹ Nada mais distante da realidade. A universalização do capitalismo no século XX não deveria trazer expectativas de fim das rivalidades internacionais, culminem elas em explosões violentas ou não.

Entendido como uma determinação do capitalismo, o imperialismo pode manifestar-se por formas diversas, de acordo com as circunstâncias históricas. Mas o armistício entre as potências capitalistas não significa seu fim. Ao contrário, dá margem a sua afirmação por outros meios, enquanto explosão violenta permanece a espreita como possibilidade presente.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *Geometry of imperialism: the limits of Hobson's paradigm*. Londres: NLB, 1978
- _____. Hegemony Unravelling – I. *New left review*, n. 32, mar.-abr. 2005.
- BLACKLEDGE, Paul. Symposium on Ellen Meiksins Wood's *Empire of capital*: editorial introduction. *Historical materialism*, v. 15, n. 3, 2007.
- BLIMES, Linda & STIGLITZ, Joseph. The Iraq War Will Cost Us \$3 Trillion, and Much More. *Washington Post*, 9 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/03/07/AR2008030702846.html>>.
- CALLINICOS, Alex. *Imperialism and global political economy*. Cambridge: Polity, 2009.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias & BARUCO, Grasiela C. da Cunha. As aventuras de Karl Marx contra a pulverização pós-moderna das resistências ao capital. *Margem Esquerda*, n. 13, 2009.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias & MEDEIROS, João Leonardo. Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho. *Revista Outubro*, n. 20, 2012.
- CASTEL, Odile. La naissance de l'ultra-imperialisme: une interprétation du processus de

¹⁹ Cf., por exemplo, Hirschman (1976)

- mondialisation. In: DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique (Org.). *Le triangle infernal: crise, mondialisation, financiarisation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review*, v. VI, n. 1, 1953. Disponível em: <<http://vi.uh.edu/pages/buzzmat/imperialism%20of%20free%20trade.pdf>>. Acesso em 19/03/2012.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. *Limits to capital*. Londres; Nova Iorque: Verso, 2006b.
- HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- HILTON, Rodney et alli. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- JESSOP, Bob. Spatial fixes, temporal fixes and spatio-temporal fixes. In: CASTREE, Noel & GREGORY, Derek. (Ed.). *David Harvey: a critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006.
- KATZ, Claudio. *Bajo el imperio del capital*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2011.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo; Dois artigos para uma revisão. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os percursos do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- LIMA, Rômulo A. *Estado e capitalismo: a teoria do Poder Global e a perspectiva marxiana*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói, 2010.
- LÊNIN, Vladimir I. Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. In: _____. *Obras escolhidas*, v.1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- PANITCH, Leo & GINDIN, Sam. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin, 2006.
- ROBINSON, William. Beyond the theory of imperialism: global capitalism and the transnational State. *Society without borders*, n. 2, 2007.
- _____. Theories of globalization. In: RITZER, G. *The Blackwell companion to globalization*. Oxford: Blackwell, 2008.
- TEIXEIRA, Aloísio. Da livre concorrência ao capital financeiro: o capitalismo na passagem para

o século XX. In: _____. (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Empire of capital*. Londres; Nova Iorque: Verso, 2003b.

_____. Logics of power: a conversation with David Harvey. *Historical materialism*, v. 14, n. 4, 2006.

_____. A reply to critics. *Historical materialism*, v. 15, n. 3, 2007.